

**SOUSA GALITO, Maria (2009). Entrevista à Dra. Isabel Santos. CI-CPRI, ENT-CPLP, N°5, pp. 1-6.**

## **ENT-CPLP: Entrevistas sobre a CPLP**



### **Entrevista à Dra. Isabel Santos**

Directora Executiva

Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola

29 Julho 2009, 15h, Calçada do Marquês de Abrantes, 62, 1º - Lisboa (15 m.).

Boa tarde, Dra. Isabel Santos. Como definiria a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), actualmente? E como gostaria de a definir no futuro?

*A CPLP e a Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola (CCIPA), não têm tido grande relacionamento. A Câmara é uma Associação Empresarial Privada, que existe desde 1987. Temos tido algum conhecimento das actividades desenvolvidas pelo Conselho Empresarial da CPLP, através da ELO – que trabalha há alguns anos com esta Câmara – e que tem um papel mais activo no âmbito do Conselho.*

*Agora, a relação directa entre as duas instituições – CPLP e CCIPA – têm sido praticamente inexistentes. Aquilo que conhecemos da CPLP é a informação divulgada pelos meios de comunicação social.*

*É verdade que a CCIPA convida a CPLP a estar presente nas nossas actividades, assim como convidamos a embaixada de Angola e outras entidades oficiais, mas é um relacionamento, ainda, principalmente institucional, sem carácter prático.*

*Aquilo que gostaríamos de visualizar no futuro era, no fundo, à continuação da prossecução dos objectivos que levaram à criação da CPLP; a todos os níveis, nomeadamente o que nos diz respeito, que é o âmbito económico-empresarial.*

Era isso mesmo que eu lhe ia perguntar, se considera prioritário o desenvolvimento do âmbito económico na CPLP?

*Não só é prioritário, como é o único que nos interessa. Estatutariamente, a Câmara está vedada a intervir em assuntos de natureza política, religiosa, e afins. Portanto, a única área que nos interessa é a económica.*

Quais são os principais obstáculos à mobilidade dos empresários e dos fluxos de comércio e de investimento no espaço lusófono?

*Neste momento, há dois grandes obstáculos às relações entre Portugal e Angola. Por um lado, o bem conhecido problema dos vistos de entrada em Angola, que é complicado de ultrapassar, apesar das declarações e o entendimento entre governos, reafirmado pela deslocação a Portugal do Presidente Eduardo dos Santos, em Março último.*

*A verdade é que subsistem problemas diários, derivados dos próprios processos e questões burocráticas que dificultam e, muitas vezes impossibilitam, que os empresários portugueses vão a Angola, pelo menos nos períodos em que tinham previsto ir para prospecção de negócios. Esse é o grande obstáculo.*

*É um problema que persiste. Também há dificuldades dos angolanos virem a Portugal, se bem que, se tivéssemos que comparar os problemas de cá para lá e de lá para cá, seriam maiores no sentido Lisboa-Luanda.*

*Por outro lado, é de ordem relativamente recente e que tem a ver com as transferências de divisas para o estrangeiro, também em função da crise vivida mundialmente, que passa pela redução do preço do petróleo e pela menor disponibilidade de divisas do Estado, de forma a assegurar a regularidade dos fluxos financeiros internacionais.*

*Esta é uma questão que também está a levantar dificuldades junto das empresas exportadoras para Angola; e até junto das empresas que trabalham com o Estado angolano – fornecedoras de obras públicas – e que têm que esperar. Atenção, as transferências são feitas, não é essa a questão. Mas num espaço temporal mais alargado. Mas quem precisa fazer face a despesas correntes e necessárias, acaba por sentir-se prejudicado.*

*Estas são as grandes questões que se levantam. Depois há sempre aquelas relacionadas com a burocracia do próprio mercado, com a morosidade nos despachos e na resolução das questões de natureza administrativa e burocrática.*

*E também há dificuldades na mobilidade em Luanda, por causa do tráfego imenso que existe na cidade. Com consequências ao nível dos acessos e acessibilidades. É verdade que a cidade está a fervilhar – até mesmo por causa das obras, da construção de vias e da recuperação de edifícios – mas é uma fase que será ultrapassada. Mas até lá, é uma dificuldade que vale por ela própria.*

Que me diz das parcerias entre empresários estrangeiros e agentes locais?

*Aquilo que a Câmara defende e advoga é o estabelecimento de parcerias empresariais. Não existe uma obrigatoriedade legal de constituir a parceria. Mas é reconhecido por todos que, a existência de um parceiro local, é um peça – se não fundamental, pelo menos, muito importante – para viabilizar o projecto. De todas as formas. Porque o empresário que vai para Angola, geralmente não possui o conhecimento exacto de como funciona o mercado. É importante ter um parceiro que acompanhe e que se envolva no crescimento da actividade. Portanto, a “constituição de uma parceria” é sempre aconselhada por esta Câmara aos empresários que queiram investir em Angola. Da mesma forma que aconselhará aos empresários angolanos, que queiram investir em Portugal, a constituir parcerias com portugueses.*

Com base na sua experiência, os empresários costumam ir para o mercado angolano ou, ao contrário, vir de Angola para Portugal...

*Ainda é incipiente.*

No geral, a abordagem dos mercados é realizada individualmente ou recorrem regularmente a câmaras de comércio e associações empresariais?

*É um processo que tem sofrido algumas alterações. Esta Câmara tem vinte e dois anos, eu estou cá há cerca de catorze. Noto diferenças neste âmbito. As empresas que querem operar no mercado angolano, estão, neste momento, a apostar mais na pesquisa de informação, nos contactos com entidades como o AICEP e as câmaras de comércio. Para que possam chegar a uma conclusão mais racional e pragmática, menos numa perspectiva afectiva e emocional que se verificava, ainda, em meados e no final da década de 90 do século XX.*

*De facto, houve uma evolução. É muito maior o número de empresários que, querendo investir em Angola, recorrem primeiro a entidades prestadoras de informação para centrarem as suas decisões.*

Angola ainda possui um elevado “risco-país”?

*Angola ainda possui um “risco-país” elevado. Numa escala de sete níveis de risco fornecidos pelo Banco de Portugal – em que “sete” é o grau mais elevado – creio que, no último ano, Angola passou do 7º para o 6º. Portanto, ainda envolve risco significativo mas, é nossa opinião, que esse valor vá baixar bastante nos próximos tempos. Porque, actualmente, não podemos falar em risco político nem risco militar. Haverá um risco comercial. Mas os grandes obstáculos à abertura da economia angolana são questões entretanto resolvidas há vários anos. Não há nada que nos faça recear que a situação se inverta negativamente. Não contestamos a classificação que o Banco de Portugal fez, mas acreditamos que este risco tenderá a diminuir.*

Também é possível que o xadrez internacional também não está já interessado em que haja guerra em Angola – o bipolarismo da Guerra Fria já acabou e a China está a investir fortemente em Angola. Não acha?

*Os investimentos chineses são recentes, já surgiram numa fase em que os angolanos disseram não querer mais guerra. A questão da Guerra Fria ficou para trás há muitos anos. A guerra civil existia em função das próprias incompatibilidades internas entre o MPLA e a UNITA. Em 2003, com o advento da paz, houve um ano em que as empresas portuguesas ainda não demonstravam grande apetência pelo mercado – esperavam para ver se a paz era definitiva. Ao fim de cerca de um ano, começou a sentir-se um “boom” de interesse pelo mercado angolano.*

*O investimento chinês já surge, portanto, numa fase em que esses interesses estavam consolidados. A China entra no mercado angolano, numa fase em que Angola era acompanhada pelo Fundo Monetário internacional (FMI) – com aconselhamento, quer nas contas do petróleo quer nas contas do Tesouro. Portanto, nesta fase, a China já se sente à vontade para ser uma parceira de Angola. São tempos sequenciais mas diferentes.*

Que medidas governamentais poderiam ser desenvolvidas pela CPLP, no sentido de facilitar a mobilidade dos empresários e dos fluxos de comércio e de investimento no espaço lusófono?

*A questão dos vistos.*

*É importante que a CPLP, enquanto instituição que congrega as entidades oficiais dos PALOP, tenha uma actuação importante no sentido de encontrar meios para facilitar a emissão de vistos no espaço lusófono.*

*Consta dos programas económicos do Governo angolano o apelo ao investimento privado em Angola, consubstanciado na respectiva lei de bases. Mas para que empresários estrangeiros possam investir em Angola, é importante que a mobilidade destes esteja assegurada. Um empresário não pode criar uma empresa em Angola e ficar a geri-la a sete mil quilómetros de distância.*

Uma última pergunta. Como visiona o futuro, num intervalo temporal de cinco anos?

*Fruto das próprias circunstâncias internacionais, a relação entre os vários países da CPLP tenderá a consolidar-se e a desenvolver-se. Este processo poderá ser facilitado, se em termos económicos houver maior impacto das decisões e das posições que são assumidas.*

*A questão dos vistos pode ser importante. A partir do momento em que se consolidem as relações económicas entre os vários países, o papel da CPLP tenderá, naturalmente, a consolidar-se e a expandir-se.*

*A CPLP pode ajudar ao enquadramento dos diversos países a nível político – neste âmbito não nos pronunciamos – e a nível económico, envolvendo as câmaras de comércio e indústria, e associações empresariais – quer numa perspectiva bilateral, quer multilateral.*

*É difícil criar uma zona de comércio livre porque os Estados-membros estão desagregados geograficamente, mas dentro do possível, a CPLP poderá ajudar a facilitar as trocas entre países, tanto ao nível das exportações, como do investimento e da prestação de serviços. A lusofonia deverá comportar vantagens de ordem prática, também no domínio económico e empresarial.*

Obrigada, Dra. Isabel Santos